

O Milagre do Petróleo: Petrobras, IIRSA, e Subimperialismo

Avanço de investigação em curso

Camila Philippi¹

Resumo

A Petrobras, empresa mista brasileira que atua no setor energético, acompanha e participa de diversos projetos previstos para a IIRSA, em parceria com outros atores, inclusive aqueles com os quais já possui associação. O trabalho propõe investigar essas relações e seus desdobramentos, via análise da atuação da Petrobras; com destaque para o fato de ser, ao mesmo tempo uma empresa pública, representando os interesses do governo Brasileiro, e privada, representando interesses de seus acionistas privados.

A Iniciativa de Integração para Infraestrutura na América do Sul (IIRSA), composta pelos doze países sul-americanos, tem como finalidade construir uma agenda comum para o desenvolvimento econômico e social da região, com base nos quatro eixos do projeto: infraestrutura, transporte, energia e comunicações.

Palavras-chave: Petrobras, IIRSA, subimperialismo.

A importância do setor petrolífero no Brasil é historicamente evidenciada pelas disputas envolvendo suas atividades, direcionamentos das políticas governamentais, e investimentos, especialmente em relação ao seu principal símbolo, a Petróleo Brasileiro S.A./Petrobras, que atua nos setores de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes – renováveis ou não – de energia.

O debate vem sendo aprofundado atualmente, devido à divulgação, em 2007, de reservas na camada de pré-sal, que reposicionam o Brasil no cenário da indústria mundial do petróleo. Trata-se de uma extensa área de reservas petrolíferas sob uma profunda camada de rocha salina (a cerca de 7.000 km de profundidade), situada na costa centro-sul brasileira, entre os litorais dos estados de Santa Catarina e Espírito Santo.

A Petrobras, empresa classificada como sociedade de economia mista por meio da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, é mantida sob controle da União com prazo de duração indeterminado², exercido mediante a propriedade e posse de, no mínimo, cinquenta por cento, mais uma ação, do capital votante da Sociedade, correspondente às ações ordinárias³ da empresa; que é atualmente de 50,26%, compondo 28,68% do total de ações.

A atual constituição da Petrobras – pública e privada – direciona a empresa para ações de ampliação do mercado, de seus lucros e manutenção da estabilidade institucional a fim de garantir a confiança de seus 600 mil acionistas e do mercado em geral; bem como para políticas de sustentação do preço dos combustíveis; publicização de atividades de acordo com o regimento das empresas públicas; políticas vinculadas a determinações governamentais, entre outros.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² De acordo com o estatuto social da empresa, que rege seu exercício, assim como a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

³ As ações da Petrobras são encontradas no mercado de investimentos divididas entre preferenciais e ordinárias. As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital e no recebimento dos dividendos, enquanto as ações ordinárias são as que oferecem direito a voto; não sendo nenhuma delas, conversível.

Assim, a atuação da Petrobras – como empresa em busca de oportunidades comerciais, mas também como parte de políticas e campanhas governamentais – permite diversas ponderações e questionamentos, que serão objeto de reflexões e análises no presente trabalho.

Essas discussões têm em vista sua participação em políticas de integração regional, bem como em ações de política econômica interna e demais atividades de expansão internacional, especialmente a partir de 2003, marco da transição de um governo direcionado à redução da participação do papel do Estado para uma gestão caracterizada pela forte atuação na economia, aproximação com outros países da região no intuito de intensificar possíveis políticas conjuntas (como acordos políticos e econômicos) e acordos comerciais.

Dessa forma, é revistada a trajetória da Petrobras, apontando e analisando desdobramentos, imbricações e disputas políticas que reverberam na atual composição da empresa. Para facilitar a compreensão dessas transições, estabelecemos marcos históricos com base nos períodos em que ocorreram modificações de maior impacto sobre seus vínculos ao Estado, ao mercado, transformações jurídicas e de sua particularidade como empresa.

O primeiro período é representado pelo ano de 1953, quando longas disputas políticas entre grupos defensores de investimentos privados – especialmente estrangeiros – ou públicos para a formação de uma empresa responsável pelo setor, culminaram na formação da Petrobras, com forte influência desenvolvimentista e nacionalista. A empresa fez parte de um processo de fortalecimento econômico por meio da participação do Estado, prática que visava impulsionar o processo de industrialização no país.

O segundo período é representado pelo ano de 1969, marcado pela presença de Ernesto Geisel que dirigiu a empresa anos antes de se tornar presidente da república. Geisel imprimiu um tom gerencial e tecnicista à sua administração, por meio de incentivos de produtividade entre os funcionários, início do processo de internacionalização da empresa, maior autonomia administrativa em relação ao Estado, como desvinculação do Ministério de Minas e Energia (MME) e pagamento de impostos da mesma forma que as empresas privadas, por exemplo.

O terceiro período se refere a 1997, quando foi decretado o fim do monopólio da União⁴ sobre a pesquisa, a lavra, o refino e o transporte – marítimo e por dutos – de hidrocarbonetos. Nesse período, o governo Fernando Henrique Cardoso empreendeu uma agenda de redução das funções estatais via privatização e abertura das empresas anteriormente públicas. Nesse processo, que sinalizou a abertura do Brasil ao mercado externo, a Petrobras teve parte de suas ações ofertada no mercado de capitais, atraindo investimentos estrangeiros no setor.

Para regulamentar e fiscalizar a atuação do setor após a permissão da entrada dos investimentos estrangeiros é definida a criação de um órgão regulador, e condicionada a disposição de lei futura sobre a estrutura e atribuições do órgão, que dá origem a Agência Nacional do Petróleo (ANP), efetivamente formada em 1998, que atua em resoluções direcionadas ao setor.

O quarto período é representado pelo ano de 2007, quando foi publicada a descoberta de reservas na camada denominada pré-sal – blocos localizados abaixo da camada de sal no fundo do mar, a cerca de 7.000 km de profundidade. Essas novas reservas reposicionam a Petrobras no mercado energético mundial e, considerando-se a intensificação de seu processo de internacionalização, diversificação de atividades e ampliação de pesquisa, a empresa passa ser uma das maiores do mundo⁵.

⁴ Por meio da já citada Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997.

⁵ De acordo com dados da própria Petrobras, a companhia é a 7º maior empresa de energia do mundo (Disponível em: www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/).

Segundo a revista *Exame*, com base em informações do ranking elaborado pela revista estadunidense *Forbes*, na classificação geral, a empresa é a 20º maior empresa do mundo.

(Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-25-maiores-empresas-do-mundo-segundo-a-forbes#22>).

Com o intuito de regulamentar as novas reservas – para que não sejam regidas pelo modelo de concessão assim como as demais⁶ –, a partir de 2009 o governo brasileiro começa a discutir o modelo que deve pautar sua exploração, gerando tensões entre interesses, controvérsias, e a divisão de opiniões sobre o marco regulatório a ser adotado⁷. Os modelos de regulação em disputas são: concessão, partilha ou um modelo que conjugue os dois. O modelo de concessão consiste na obrigação para o concessionário, de explorar, por responsabilidade sua, e em caso de êxito, produzir petróleo ou gás natural em determinado bloco. No contrato de partilha de produção, a propriedade do petróleo extraído é do Estado, cabendo a empresa parceira explorar e extrair o petróleo, às suas expensas, em troca de uma parte do petróleo extraído.

Quatro Projetos de Lei⁸ foram elaborados e apresentados, defendendo sua adequação e importância para o novo contexto que se apresentava. Pontos relevantes dos projetos foram contemplados na Lei nº 12.351/2010 que define a submissão das reservas ao contrato de partilha da produção⁹, onde a propriedade do petróleo é do Estado, as empresas parceiras ficam encarregadas de explorar e extrair o petróleo, às suas expensas, em troca de uma parte do produto extraído, sem direito de reembolso caso não haja viabilidade.

É importante destacar, no entanto, que a discussão não se propõe a pensar em uma relação antagonica entre governo e iniciativa privada; muito menos repassar o antagonismo à relação entre essa oposição e seus aspectos complementares. A ideia reside justamente em compreender em que momentos existem conflitos entre os interesses divergentes, em que momentos existem complementaridades, e em quais condições essas situações estão imbricadas.

As decisões envolvidas no processo de formação e consolidação da Petrobras estiveram permeadas por disputas entre projetos políticos e econômicos diversos ao longo de sua trajetória. A concepção da empresa encontrava-se envolvida com o projeto desenvolvimentista, que defendia a proposta de crescimento econômico do país via atividade estatal, como promoção de infraestrutura e indústria de base que apoiariam a inserção do Brasil em setores da economia mundial. Esses empreendimentos ofereceriam suporte à perspectiva de crescimento econômico e compensação do atraso nas economias periféricas como o Brasil e os outros países da América Latina.

As causas, atores e condições do histórico atraso econômico brasileiro – e de outros países subdesenvolvidos, bem como as possíveis medidas para compensá-lo foram debatidas e apresentadas sob diferentes perspectivas ao longo do século XX.

Com o objetivo de solucionar os entraves ao desenvolvimento econômico latino-americano, foi constituída em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, formada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas como comissão provisória para empreender uma base institucional que propiciasse condições de desenvolvimento para os países da região, e que deveria ter duração de apenas três anos¹⁰.

A comissão foi formada com o intuito de empreender uma análise da situação econômica da América Latina e de sua relação com outros mercados mundiais, devendo então identificar os obstáculos à modernização da região. É adotada então, a teoria do desenvolvimento como norteadora

⁶ Para as quais são mantidas a regulamentação anterior.

⁷ Além do modelo regulatório a ser adotado; a divisão dos royalties provenientes da exploração entre os estados da federação ainda tem gerado polêmicas, pois os estados produtores não aceitam a divisão equitativa com os estados não-produtores.

⁸ São eles: PL nº 5.938/2009, PL nº 5.939/2009, PL nº 5.940/2009 e PL nº 5.941/2009.

⁹ A Petrobras tem participação mínima garantida de 30% nas operações de cada bloco, que pode aumentar de acordo com variáveis técnicas que justifiquem a necessidade de maior participação, como tecnologias específicas ou estudos elaborados para determinados casos, por exemplo.

¹⁰ A iniciativa, no entanto, permanece até hoje na formulação de estudos sobre a conjuntura e possibilidades regionais no tocante ao desenvolvimento econômico da região.

de suas atividades, defendendo a provisão de infraestrutura e expansão industrial por parte dos Estados, para que os países da região alcancem o grau de desenvolvimento dos países industrializados, ignorando, no entanto, o processo histórico de acumulação desses países, e da condição de exploração sofrida pelos países latino-americanos. Da mesma forma, defendia que os setores industrial e agrícola deveriam aproximar em relação seus investimentos e assim, suas oportunidades, para que houvesse uma relação simétrica entre eles, alinhando-se assim às trajetórias dos países do chamado primeiro-mundo.

Celso Furtado, economista paraibano, passa integrar a CEPAL em 1949, participando do exercício de interpretar e explicar as causas e a dinâmica do atraso brasileiro, e a ausência do desenvolvimento econômico. Assim, aprofunda-se na busca por respostas para os problemas econômicos e sociais que decorriam dessa conjuntura, e torna-se principal representante brasileiro da comissão¹¹.

A reflexão e análise crítica dos problemas e especificidades da periferia, um dos legados de Celso Furtado, reverberou, justamente na formação e consolidação da teoria da dependência no Brasil, corrente que se opunha ao pensamento cepalino, e sua teoria do desenvolvimento, que defendia a necessidade de alcançar um patamar de desenvolvimento próximo – ou até mesmo igual – ao das nações industrializadas, sem levar em consideração divergências de históricas fundamentais entre nações.

As teorias da dependência consistem em formulações teóricas construídas para analisar e propor alternativas aos países de economias subdesenvolvidas, levando em consideração, seu processo histórico, conjuntura política – disputa entre elites, e até mesmo seus acordos – realizando essa reflexão diante de diversos contextos de subdesenvolvimento ao redor do mundo. Entre os principais expoentes da teoria da dependência, pode-se destacar, autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, e em uma corrente crítica, Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, Theotônio dos Santos, entre outros como autores¹².

Fernando Henrique Cardoso, e seu parceiro chileno, Enzo Faletto, defendem a formação de um mercado interno fortalecido¹³, com o intuito de internacionalizar a economia brasileira, o que pode ocorrer a partir da união de grupos nacionais - com a participação cada vez maior das classes médias urbanas e das burguesias industriais, além das oligarquias tradicionais - associados com o capital privado estrangeiro. Os autores destacam o papel do “Estado-empresário”, que passa de apoiador dos setores agroexportadores, a fomentador de infraestrutura no setor elétrico, energético, siderúrgico, entre outros¹⁴.

Segundo os autores, para a realização dessa “transição”, o Estado precisa assegurar características que garantam a eficiência desse leque de empresas e instituições por ele formado, devido, entre outros fatores a ausência de poder de decisão das elites industriais e agrícolas brasileira. Admitem, por isso, a necessidade de um Estado populista para conter os descontentamentos políticos e garantir a regulação dos setores econômicos mais fortemente organizados.

Para Cardoso e Faletto, o modelo econômico anterior estava deteriorado e o setor capitalista pouco desenvolvido, pois não haviam acumulado o suficiente para promover mudanças e resoluções necessárias, por isso, nesse caso, a necessidade de emergência do que denominam “dirigismo estatal”.

¹¹ De forma geral, um dos membros de maior destaque na Cepal foi Raul Prebisch, economista argentino, profundo conhecedor do setor agrícola de seu país.

¹² Dentro da perspectiva marxista da teoria da dependência, podemos apontar autores como Ignácio Rangel, Andre Gunder Frank, Samir Amin, entre outros; que contribuíram com reflexões sobre a conjuntura brasileira e as imbricações da relação centro-periferia.

¹³ Esse fortalecimento, para os autores, evitaria a dependência externa verificada nas chamadas economias de enclave, países sujeitos á tecnologia e gestão coordenadas por economias centrais, que não reinvestiriam os lucros obtidos na região.

¹⁴ O sistema bancário, segundo os autores, passaria então a atuar como articulador entre os setores industriais e exportadores.

O atrelamento ao mercado externo, nesse caso, se faz necessário para que haja acumulação de capitais e tecnologia, reconhecendo, dessa forma, o caráter dependente das nações latino-americanas.

Em relação ao controle externo da economia brasileira, Francisco de Oliveira em sua “Crítica à Razão Dualista” (2003¹⁵), discute que não se pode deixar de levar em consideração a necessidade de se atender aos interesses de uma elite local não apenas no Brasil, mas em toda América Latina. Para Oliveira, a relação aparentemente antagônica entre a agricultura e o setor industrial constituía uma relação de complementariedade, que proporcionou o desenvolvimento industrial ao mesmo tempo em que atendia as demandas dos grupos agroexportadores, por meio da exploração da força-de-trabalho e formação de um exército de reserva; bem como pela garantia de abastecimento de produtos básicos (alimentação), que ofereciam suporte a indústria de manufaturas.

Rui Mauro Marini, símbolo da teoria marxista da dependência, realiza uma análise crítica da subordinação latino-americana ao mercado mundial, especialmente às nações desenvolvidas economicamente, e como consequência, sua postura de atração de investimentos e a superexploração da força-de-trabalho, garantindo assim, a manutenção de lucro e o processo de acumulação. Para o autor, os regimes militares – com o apoio de setores das classes médias¹⁶ - ajudaram a assentar e ajustar esse processo, de forma que estivessem adequados ao modelo imperialista, evitando insurgências por parte de movimentos sociais e políticos.

Para analisar a ambígua posição de países subdesenvolvidos que exercem hegemonia regional, como o Brasil, Marini lança a categoria subimperialismo, caracterizada pelo reposicionamento de países no contexto da nova divisão internacional do trabalho, a partir da emergência de subcentros alinhados à dinâmica de acumulação como o caso brasileiro (um outro exemplo seria a Argentina, que aliás disputa, historicamente, a hegemonia na região com o Brasil). Providos de peculiaridades em relação aos demais países subdesenvolvidos, as nações subimperialistas passariam a atuar como intermediários entre o centro hegemônico, os Estados Unidos, e os demais países periféricos da região.

A realização do subimperialismo ocorre, segundo Marini, por meio da cooperação antagônica, relação onde o país subimperialista apoia algumas ações dos países ou grupos imperialistas aos quais está alinhado, e ao mesmo tempo que confronta-o em benefício de seus interesses e manutenção da sua hegemonia regional, não sendo apenas mero fio condutor dos interesses imperialistas.

A Petrobras é reconhecida atualmente por suas ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), prática comum no ambiente corporativo privado, de mecanismo de compensação ambiental, social e cultural pelas ações realizadas por empresas. A partir de índices como o *Dow Jones Sustainability Index* – que conferem a adesão às práticas de RSC –, essas empresas tornam-se referência para investidores que compartilham esses valores e realizam ações do denominado *marketing social*, o que identifica seus produtos a ações de sustentabilidade, defesa dos direitos humanos, fomento de atividades culturais, artísticas, desportivas, entre outras.

Sua atuação junto ao governo federal ocorre via políticas econômicas, investimentos diretos e indiretos por meio de órgãos governamentais – como Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) –, bem como pela articulação de políticas de integração regional, onde os interesses da Petrobras são defendidos pelo governo brasileiro – como, por exemplo, o apoio a governos estrangeiros favoráveis à atuação de grandes empresas (como a Petrobras) em seu território, tal como sinalizado pelo suporte oferecido ao presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, quando deposto, visando amenizar a crise boliviana de 2003, que manteve seu vice (Carlos Mesa) no poder, o que evitaria a eclosão de movimentos sociais e setores políticos radicais que se opusessem a esse tipo de política (Luce, 2007, p.47).

¹⁵ A obra que reúne “A Crítica à Razão Dualista” e “O ornitorrinco” foi editada no ano de 2003, pela Editora Boitempo. O texto referenciado, no entanto, de Francisco de Oliveira (1972), foi publicado primeiramente nos Cadernos CEBRAP n.2.

¹⁶ Marini destaca as dificuldades na identificação de classes – de acordo com a perspectiva marxista – sobretudo por conta dos conflitos intraburgueses.

Ao longo de sua trajetória como empresa transnacional, vêm sendo registrados diversos impasses entre a Petrobras e governos, movimentos sociais, ambientais, entre outros. Exemplos dessas contendas na região foram reformas nas legislações equatoriana e boliviana de hidrocarbonetos em 2006, que desencadearam uma série de negociações por parte da empresa, para reverter as decisões, de modo a garantir a manutenção de sua participação nesses mercados, que havia sido drasticamente reduzida.

Além disso, a participação do Brasil em acordos regionais que privilegiam grandes empresas – multinacionais brasileiras, especialmente – reflete as assimetrias presentes entre os Estados nacionais sul-americanos e suas respectivas economias. Essa atuação conjunta entre a Petrobras e o governo brasileiro, em torno de políticas comuns, tem despertado alguns questionamentos sobre sua postura – muitas vezes considerada agressiva – no sentido de desconsiderar aspectos culturais e sociais nesses espaços –, em busca de novos mercados e oportunidades.

Atualmente, a Petrobras está presente em 24 países na América, Europa, Ásia e África; desenvolve atividades que vão desde exploração e produção, participação no comércio de derivados, até escritórios de representação. Na América do Sul, atua em 8 países, com diversas atividades, que têm sido impulsionadas pelos projetos de integração regional, como a IIRSA, que tem como um de seus eixos básicos a ampliação da provisão de energia no subcontinente.

As atenções do Estado brasileiro, especialmente durante o Governo Lula (2003-2011) e o Governo Dilma Rousseff (2011- atualidade) para os projetos de integração regional, vêm sendo intensificadas no intuito de fortalecer os laços diplomáticos, políticos e econômicos sul-americanos e, concomitantemente desenvolver as economias da região.

Com o recuo das discussões sobre a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) – sua última discussão oficial foi realizada em 2005 durante a Cúpula das Américas –, as propostas de integração sul-americana vêm ganhando maior espaço e adesão.

A proposta defendida pela ALCA, de eliminação das barreiras alfandegárias entre os países das três Américas (exceto Cuba), gerou muita controvérsia, especialmente por evidenciar as assimetrias entre os países do continente. Vários levantes “fora ALCA” foram realizados com o objetivo de alertar para a possibilidade de imposições das políticas estadunidenses no bloco econômico, aumentando ainda mais a exploração sobre os países subdesenvolvidos.

O mercado Comum do Sul (MERCOSUL), acordo assinado em 1991 entre os países do Cone Sul, tem sido definido com um tratado frágil, com escassas parcerias efetivas, que pouco altera a vida econômica dos países que o compõem¹⁷. No entanto, as discussões e resoluções têm ido além das questões estritamente econômicas, como, por exemplo, o livre acesso dos cidadãos dos países membros nos territórios, discussões conjuntas sobre aspectos políticos – como o afastamento do Paraguai do bloco devido à transição governamental não democrática que depôs o Presidente eleito Fernando Lugo e alocou Federico Franco como chefe de Estado.

A manutenção do acordo por mais de 20 anos sinaliza a possibilidade de outros acordos semelhantes ou mais amplos na região, como a união com a Comunidade dos Países Andinos (CAN) – composta por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru – que possibilitam a formação de tratados mais amplos no subcontinente.

Dentro desse modelo de integração, estão projetos como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Área de Livre Comércio Sul-americana (ALCSA) e a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA)¹⁸.

¹⁷ Atualmente, compõem o MERCOSUL: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Bolívia (o Paraguai está temporariamente suspenso, e a Bolívia está em processo de adesão ao bloco; Chile, Peru, Equador e Colômbia gozam da situação de membros associados, enquanto Guiana e Suriname contam com formas de participação nas reuniões do bloco).

¹⁸ A Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) é um exemplo de acordo de integração mais amplo do qual o Brasil é participante.

Pode-se pensar os três projetos de integração subcontinental engendrados de maneira complementar quanto a seus objetivos e orientações. A UNASUL tem como princípio promover a integração cultural, social, política e econômica, buscando reduzir as assimetrias em relação ao desenvolvimento econômico entre os Estados sul-americanos. O objetivo principal da ALCSA é extinguir as barreiras alfandegárias para o livre fluxo de produtos na região. Para viabilizar esses dois projetos, a IIRSA iria operacionalizar as propostas, implementando seus quatro eixos básicos: infraestrutura, transporte, energia e comunicações.

A Iniciativa de Integração para Infraestrutura na América do Sul, instituída no ano 2000, na Cúpula de Presidentes da América do Sul, – encontro que reuniu chefes de Estado da região em Brasília, para consolidar o apoio mútuo entre as nações. Composta pelos doze países sul-americanos, a IIRSA envolve em suas atividades seus respectivos governos, instituições financeiras multilaterais da região¹⁹ e, indiretamente, empresas públicas e mistas²⁰, com a finalidade de construir uma agenda comum para o desenvolvimento econômico e social sul-americano.

Suas ações vêm sendo diluídas em políticas públicas nacionais – como no caso brasileiro, que estão incorporadas ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) – e relacionadas aos quatro eixos básicos, onde estão presentes projetos como a ligação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, ampliação de acesso a outras regiões (que sejam rota de escoamento de produtos, como por exemplo, a soja no centro-oeste brasileiro), modernização de estradas, aeroportos, expansão da oferta de energia (o que implica a alteração de percurso de rios), entre outros. Além dos atores citados, está envolvida uma grande quantidade de empresas privadas, com destaque para as empresas multinacionais da região – parte delas brasileiras, com Odebrecht, Camargo Correa e Andrade Gutierrez, e a própria Petrobras – além de empresas privadas de outras regiões do mundo, atraídas pelas novas oportunidades de negócios geradas pela expansão do suporte físico, logístico e energético.

A Petrobras tem obras previstas nas áreas de exploração e transporte de gás natural, e de geração de energia termelétrica no Brasil, Bolívia e Chile, ampliando assim, “institucionalmente” as suas atividades no subcontinente. A proposta de desenvolvimento apresentada pelo projeto, no entanto, possui discordâncias em diversos aspectos, especialmente em relação aos impactos dessas obras no meio ambiente e na vida de comunidades tradicionais, que nem sempre trazem melhorias na qualidade de vida das regiões afetadas.

Diversos movimentos e protestos têm sido realizados ao longo da implementação do IIRSA, reivindicando a conservação dos espaços, o direito de informação e a escolha das políticas realizadas em seus territórios, bem como a garantia de que não prejudique as populações locais.

Exemplos dessas manifestações contrárias às ações do IIRSA são o massacre de Baguá, no Peru, em 2009, e o caso de Tipnis na Bolívia, uma disputa que vem ressaltando a necessidade da manutenção do direito pela terra. Na Bolívia, o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré, Tipnis, vem sendo ameaçado pela construção da estrada Villa Tunari – San Ignacio de Moxos, que cortaria a área central do parque, destruindo a diversidade natural e cultural²¹, abrindo espaço para o tráfico de madeira e a exploração de hidrocarbonetos. No dia 25 de setembro de 2011, indígenas que caminhavam para La Paz exigindo que a estrada não passasse pelo território, foram violentamente reprimidos e massacrados. Apesar de a repressão policial ter causado a renúncia de autoridades do governo e a suspensão de chefes policiais, ninguém foi punido ou investigado pelo acontecimento.

¹⁹ Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF), e Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

²⁰ Atores como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Brasil), Petrobras, Grupo Eletrobrás, por exemplo, que têm apoiado e participado ativamente das obras.

²¹ Existem dois tipos de proteção às quais se enquadrariam TIPNIS. O primeiro, em nível internacional, o convênio 169 da OIT estabelece que os povos indígenas tenham direito a um território e qualquer alteração exige que o Estado faça uma consulta prévia às comunidades. O segundo, na constituição boliviana também consta a consulta prévia como um direito. (Informativo ELOPA, 2011; disponível em www.elaopa.org)

As populações originárias vêm lutando para impedir essa agressão ao seu espaço, por meio da aproximação a movimentos sociais e mídias alternativas que possam oferecer apoio e visibilidade ao impasse²².

A Petrobras é uma das empresas que está no centro desse tipo de debate, já que sua atuação em outros países na América do Sul, muitas vezes é qualificada como agressiva. A obra “Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário”, organizada por diversos movimentos e iniciativas sociais²³, retrata algumas ações da empresa na região, seus entraves e posturas hostis em relação a outros governos, empresas e, especialmente, comunidades.

Luce (2007, p.36) argumenta que as políticas estadunidenses previstas para a América Latina têm sido alinhadas em duas frentes: uma de liberalização e outra de estabilização/militarização²⁴. Para o autor, a interação – e muitas vezes liderança – do governo brasileiro na negociação de projetos de integração, acompanha essa política, com o objetivo de exercer hegemonia, ao menos na América do Sul.

Assim, a Petrobras, ao acompanhar os projetos nos quais o governo brasileiro tem participação, pode ser pensada com instrumento de política regional, no sentido de estar inserida em estratégias de atuação nos países vizinhos, contando com a sua já reconhecida experiência internacional.

Por outro lado, é importante lembrar que a empresa possui também acionistas privados – pessoas físicas e jurídicas – e relação com outras empresas privadas do setor, não apenas aquelas que estão instaladas no Brasil, mas também aquelas com as quais a empresa estabelece relação no exterior. Assim, interesses comerciais privados também são atendidos quando se atua em direção a esse tipo de transação.

A integração regional sul-americana – suas possibilidades, objetivos e assimetrias – retoma uma antiga e polêmica discussão: as teorias da dependência, que buscam compreender a dinâmica das relações entre centro e periferia, suas características, desdobramentos, perspectivas.

A classificação do Brasil como um país que exerce políticas subimperialistas confere um patamar intermediário nessa dinâmica, onde o governo brasileiro alinha-se às políticas do centro hegemônico central, os Estados Unidos, enquanto empreende políticas assertivas no contexto sul-americano.

Outro elemento deve ser incorporado à discussão: as políticas econômicas denominadas neodesenvolvimentistas que, de acordo com Sampaio (2012), se distanciam do modelo desenvolvimentista tradicional. Para Sampaio (2009), a reivindicação de autores neodesenvolvimentistas ao legado de Celso Furtado é incoerente, justamente por ignorarem sua crítica à perspectiva economicista para a reflexão sobre os problemas do desenvolvimento.

O núcleo da crítica de Sampaio (2009) a essa aproximação reside justamente na mudança da dimensão e atuação do Estado brasileiro atualmente em relação à economia, o que impossibilitaria um retorno às políticas desenvolvimentistas experimentadas há algumas décadas atrás:

A ausência de uma perspectiva totalizante da política econômica não permite que os defensores do novo desenvolvimentismo percebam a complexidade da teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e estes à perpetuação da dupla articulação — dependência externa e segregação social. A perda da

²² Um dos grupos que atuam em defesa dos direitos dessas comunidades é o ELAOPA, Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas, que reúne representantes de comunidades e movimentos sociais diversos que lutam pela construção de um poder popular, livre da interferência de disputas partidárias eleitorais, interesses da iniciativa privada, e de outros grupos que venham a sobrepor seus interesses.

²³ Vide referências.

²⁴ Apesar do binômio estabilização/militarização parecer antagônica, o autor argumenta que a intenção é manter a harmonia no território latino-americano, seja via mediação amigável ou bélica de conflitos.

perspectiva do todo faz desaparecer não apenas os vínculos orgânicos entre os diversos componentes do ajuste liberal (processo de liberalização, desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas), como também os efeitos da ordem global sobre as condições de funcionamento da economia brasileira (livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional, restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público, concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas). (Sampaio, 2009, p. 682)

Assim, o autor argumenta que não é possível promover um retorno a políticas desenvolvimentista sem um completo rompimento com as estruturas vigentes, representada pela hegemonia do capital financeiro. Para ele, a consolidada institucionalidade liberal, não permite uma transformação empreendida pelas “beiradas”, já que se trata de uma política implementada como um todo.

Dessa forma, repensar o subimperialismo envolve novos fatores que modificam a discussão e a reflexão sobre o desempenho do governo brasileiro frente às nações vizinhas. Pensar a posição da Petrobras nesse contexto torna-se ainda mais complexo, quando se incorpora à discussão as transformações da empresa nos últimos anos, sob diferentes formas e perspectivas possíveis – como seu novo formato jurídico e administrativo, as transformações do setor energético em escala mundial (e a própria discussão sobre o conceito de energia, suas fontes, gestão, preservação etc.), e o reposicionamento do Brasil e da América Latina como um todo, como mercados em transformação.

Referências:

- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa.: Difel, 1989.
- BRASIL. Petrobras (Org.). **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.** – PETROBRAS. Disponível em: < www.petrobras.com.br/pt/>. Acesso em: 02 ago. 2012.
- BOITO JUNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In: FÓRUM ECONÔMICO DA FGV, 9., 2012, São Paulo: FGV, 2012. p. 01-15.
- BUGIATO, Caio Martins; BERRINGER, Tatiana. Um debate sobre o Estado logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. **Revista Em Debate**, Florianópolis, n. 07, p.28-44, jul. 2012.
- CAMPANHA JUSTIÇA NOS TRILHOS (Brasil) (Org.). **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CUPERTINO, Fausto. **Os contratos de risco e a Petrobras: o petróleo e o nosso risco deles?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. “**Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina**”. In: DAGNINO, Evelina; OLVER, Alberto J.;

- PANFICHI, Aldo. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 7 a 91.
- DAGNINO, Evelina. “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”. **Política e Sociedade**. Florianópolis, v. 3, n.5, p.139-164, out. 2004.
- DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edilson José. **A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. In: CEMARX/UNICAMP, 6., 2011, Campinas. p. 01-10.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Em Busca do Socialismo: últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FURTADO, Celso; FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo (SP) Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Américo (Org.). **Uma proposta classista para a reestatização da Petrobrás**. São Paulo: Sundermann, 2009. 108 p.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IANONNI, Marcus. “Ciência Política e sistema financeiro no Brasil: o artigo 192 da Constituição Federal”. **Política & Sociedade**. Revista de Sociologia Política, v.9 , n. 17, outubro de 2010, p. 173–204. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/15677.
- KLEIN, Naomi. **A Doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 2008.
- LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LUCE, Mathias Seibel. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria**. 2011. 225 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- MARINI, Ruy Mauro. “Acumulação capitalista mundial e o subimperialismo”. **Outubro**: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 20, p.27-70, 1º semestre 2012. Semestral.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Sociedade Civil, entre o político-estatal e o universo gerencial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. – S. Paulo: ANPOCS. Vol. 18 nº. 52, junho/2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Diálogo na Grande Tradição e Diálogo na Nova Tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes**. In: NOVAES, Adauto (org.). **A Crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.
- PORTUGAL JR., José Geraldo (org.). **Grupos Econômicos: expressão institucional da unidade empresarial contemporânea**. São Paulo, FUNDAP/IESP, 1994.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 12. ed. São Paulo (SP): Brasiliense, 1972.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Scientific Electronic Library Online**: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p.672-688, out-dez. 2012.

SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Orgs.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo. Edusp, 2002.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno; PINTO JUNIOR, Helder Queiroz. **Marcos regulatórios da indústria mundial do petróleo**. Rio de Janeiro: Synergia, 2011. VALENTE, Marcos Alves. **Celso Furtado e os Fundamentos de uma Economia Política Republicana**. 2009. 238 f. Tese (Doutorado). Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

VILLELA, Annibal Villanova. **Empresas do governo como instrumento de política econômica: os sistemas SIDERBRÁS, ELETROBRÁS, PETROBRÁS E PETROBRÁS**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1984.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **Planejamento territorial e os impactos socioeconômicos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana) no Território Brasileiro: atores, conflitos e interesses**. Campinas: Cnpq, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX**. Aparecida: Idéias & Letras, 2006. 332p.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. São Paulo. Paz e Terra, 2010.

Outras fontes:

http://issuu.com/petrobrasmagazine/docs/petrobrasmagazine_63_pt

<http://www.petrobras.com/pt/energia-e-tecnologia/fontes-de-energia/pre-sal/>

<http://www.acionista.com.br/conteudo.htm>

<http://www.slideshare.net/petrobrasri/plano-de-negcios-e-gesto-20132017>

<http://www.dnpm.gov.br/ba/conteudo.asp?IDSecao=514>

<http://www.onip.org.br>

<http://blog.planalto.gov.br/o-petroleo-no-brasil/#1858>

<http://www.elaopa.org/>

www.iirsa.org/

<http://laguarura.net/2012/04/25/unasur-y-la-iirsa-reunidos-en-brasil-para-fortalecer-el-saqueo-a-los-pueblos>

[/http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22138](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22138)